



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS		
EVENTO: Reunião de Trabalho	Nº: 0359/13	DATA: 17/04/2013
INÍCIO: 15h28min	TÉRMINO: 16h56min	DURAÇÃO: 1h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h29min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre problemas relacionados à seca e preparação para a Comissão Geral a respeito do tema a realizar-se no plenário principal da Câmara dos Deputados no dia 8 de maio de 2013.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa tarde a todas e a todos.

Queria saudar, ao iniciar as nossas reuniões, o ilustre Deputado Felix Mendonça Júnior, a ilustre Deputada Margarida Salomão, o ilustre Deputado Chico Lopes, o ilustre Deputado Alexandre Toledo, o ilustre Deputado José Humberto e os colegas que já estiveram aqui, Deputados Jaime Martins, de Minas Gerais, e Daniel Almeida, da Bahia.

Queria dizer da minha satisfação em recebê-los, saudando o Dr. Luiz Henrique Cascelli, Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, e toda a assessoria especializada em seca, nos efeitos das estiagens sobre a nossa região.

O Presidente da Câmara incumbiu-me, como Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, de preparar o grande debate que vai haver, numa Comissão Geral, no dia 8 de maio, para estudarmos não só o problema da seca, que já é conhecido: é um fenômeno cíclico, que se repete, num ciclo curto, de 13 anos em 13 anos, por 1 a 2 anos e, num ciclo mais longo, de 26 em 26 anos, por 3 a 5 anos. É um fenômeno cíclico; a seca não é só a falta de chuvas ou a irregularidade de distribuição das chuvas; é a falta, sobretudo, do preparo para enfrentar o problema.

Ultimamente o Governo tem pensado muito nele, mas, desde que, em 1858, D. Pedro II disse que empenharia a última joia da Coroa para resolver o problema da seca, até agora não foi resolvido. Temos feito operações de construção de açudes e barragens, poços artesianos, adutoras, e assim por diante.

Quero dizer que, em minha opinião, a transposição das águas do Rio São Francisco não vai resolver o problema da seca, não é a varinha de condão que vai resolver o problema da seca. Sou daqueles que acreditam que a transposição foi uma medida errada, sobretudo porque, quando termina um trecho, outro já está todo rachado, precisa de recuperação, pela grande quantidade de insolação que existe na região e também pela evaporação muito grande que lá ocorre.

Sou a favor da transposição das águas através de adutoras, como fez o Estado de Sergipe, em que todas as cidades — até a capital, Aracaju — são abastecidas por águas do Rio São Francisco.



Pernambuco tem uma experiência razoável. Através de uma pequena adutora, chamada Sertão Central, resolveu o problema de cinco Municípios daquela região — foi feita pelo Governo do Estado de Roberto Magalhães, em 1982, e até hoje funciona plenamente. Através da Adutora do Oeste, nós resolvemos o problema da seca, o problema de abastecimento de água pelo menos em toda a região do Araripe. E, agora, através da Adutora do Pajeú, na minha região, cuja primeira etapa já chegou a Serra Talhada, minha terra natal, e a segunda etapa chegará a Afogados da Ingazeira possivelmente em julho e vai continuar até Taperoá, lá na Paraíba.

Gostaríamos então de dizer que este debate de hoje é prenúncio, é preparação para a grande Comissão Geral que vai haver aqui na Câmara dos Deputados, para discutir em profundidade o problema.

Eu, quando fui Presidente da Comissão Especial do Polígono das Secas, por 2 anos, e depois da Comissão de Integração Nacional, por mais 2 anos, ouvi especialistas de todo o mundo; especialistas, por exemplo, da Austrália, país com uma experiência muito grande. A Austrália faz agricultura e pecuária com 100 milímetros de chuva, e no nosso Nordeste chove, no mínimo, 300 milímetros, na região que chove menos. Em vez de milho, eles plantam o sorgo, que tem a mesma capacidade nutritiva e o mesmo valor econômico; em vez de criar bovino leiteiro nessa região de 100 milímetros, eles criam caprinos e ovinos deslanados e plantam capim Buffell Grass e palma forrageira, que servem de ração durante o período mais seco. O Brasil tem necessidade de fazer a convivência do homem com a seca e não de combater a seca, que, na verdade, não se combate, porque ela é um fenômeno cíclico que se repete frequentemente.

Por isso o debate de hoje é muito importante.

Eu vou ouvir, primeiramente, os Parlamentares, com a sua experiência e a sua vivência em relação a esse problema e, depois, vamos ouvir alguns assessores.

Vou repetir: isto é preparação para a grande Comissão Geral, em que vamos debater com profundidade soluções para o problema da seca e não apenas medidas emergenciais e paliativas.

Estamos vivendo a maior seca dos últimos 50 anos em todo o Nordeste. Não houve saques até agora, como no passado; não houve invasão de supermercados,



porque hoje temos programas de políticas compensatórias, como o Bolsa Família, o Bolsa Estiagem — ou Auxílio Emergencial —, o Garantia-Safra e tantos outros programas executados pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais.

Por isso, meus amigos, incorporar o Agreste, a Mata e o Sertão, incorporar o Nordeste ao contexto socioeconômico do Brasil é importantíssimo para que o Brasil se torne um país mais próspero e desenvolvido, e o cidadão, em qualquer região onde viva ou exerça a sua atividade, tenha os mesmos direitos e as mesmas oportunidades daquele que reside em outras regiões mais desenvolvidas.

Vamos abrir o debate àqueles que desejem falar sobre a seca.

Com a palavra o ilustre Deputado José Humberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, em nome de quem cumprimento as Sras. e os Srs. Deputados e demais membros e técnicos deste Centro de Estudos e Debates Estratégicos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de parabenizar o Centro de Estudos e Debates Estratégicos, bem como o Presidente da Casa, que, como disse V.Exa., também provocou a realização deste fórum para abordagem do assunto e a elaboração e organização da Comissão Geral.

Realmente, é muito triste para nós que esse problema perdure há tantos e tantos anos e seja chamado inclusive de indústria da seca, o que é absolutamente pejorativo para a política brasileira.

Na semana passada, tivemos a oportunidade de ouvir aqui o Presidente da EMBRAPA, o Dr. Maurício, que discorreu sobre as técnicas e a tecnologia disponível para ser aplicada ao Semiárido, que já poderia ter alcançado muitos resultados para minimizar o sofrimento e aumentar o desenvolvimento econômico e social dessa região.

Ao fazer essa discussão muito importante, e aí conto com a compreensão dos colegas Deputados, eu gostaria que falássemos de soluções para a seca do Semiárido. A minha preocupação é apenas para que não fique excluído dessas questões o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Quando nos referimos ao Nordeste, às vezes nos esquecemos de que em Minas Gerais há situações muito diversas e que, no Vale do Jequitinhonha, a situação é a mesma do Nordeste.



Precisamos lembrar disso. Tal nomenclatura pode fazer com que essa região seja excluída das medidas que porventura possam ser resultado desse nosso trabalho.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, primeiro, eu quero parabenizá-lo — ainda não tinha tido a oportunidade — por ter insistido na criação do Centro de Estudos e Debates Estratégicos e pelo papel que tem exercido nesta Casa para aprofundar o debate de algumas matérias.

Quero parabenizá-lo também, assim como o Presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves, por ter convocado sessão preparatória para o dia 8.

É importante que tenhamos na mira dessa sessão do dia 8 dois aspectos. Nós não podemos fechar os olhos para o aspecto emergencial. Algumas questões estão sendo resolvidas; outras ainda estão pendentes.

Hoje, nós tivemos a frustração do leilão feito pela CONAB de 103 mil toneladas de milho para serem distribuídas nos portos do Nordeste. Eu acredito que a CONAB vai insistir para que seja encontrada uma solução. A distribuição de milho para a ração animal é vital para se manter ainda, um pouco, a sobrevivência do rebanho. Uma das consequências graves dessa seca é o empobrecimento grande, além da perda de safra, devido à perda acentuada do rebanho nordestino, e o milho seria uma dessas soluções.

Outro aspecto também que diz respeito às atitudes emergências que, a meu ver, não está resolvido, e talvez seja o mais grave, é a questão do crédito, da execução das dívidas, porque, neste momento, nas áreas afetadas pela seca, nas áreas onde há decretação de emergência, não há a menor possibilidade de adimplemento de dívida. Os produtores não têm a menor capacidade de pagar dívidas. Quem tem rebanho está com rebanho reduzido, está com rebanho cindido. Não se vende rebanho, V.Exa. sabe disso, quando esse rebanho perdeu peso acentuado, está debilitado. Ninguém compra rebanho quando ele está debilitado. Está sem valor de mercado, aquilo que foi salvo, e os outros produtores não tiveram



safra. Então, não há capacidade de adimplemento. Não há como cobrar dívida dos produtores num momento como esse. É botar corda no pescoço.

Tem que haver então uma imediata suspensão das execuções. A meu ver, tem que haver anistia para os pequenos produtores e uma dilatação de pelo menos 5 anos da dívida dos médios e dos grandes produtores afetados pela seca naquela região.

A última questão é exatamente o que disse o Deputado José Humberto: temos que nos preparar para o pós-seca. Temos que pensar um novo modelo de convivência com esse fenômeno repetitivo, conhecido. Não dá para insistirmos com as mesmas soluções. Sair da seca e continuar praticando as mesmas culturas, os mesmos hábitos... Daqui a 10 anos enfrentaremos os mesmos problemas.

Então, nós temos que nos preparar para o pós-seca e insistir em um novo modelo. O nosso colega Deputado Ariosto Holanda tem insistido que somente a agregação de tecnologia e conhecimento no Semiárido fará com que convivamos melhor com isso. Nós precisamos dessa técnica. A EMBRAPA já trouxe isso aqui, o senhor noticiou, e eu tenho lido sobre a última reunião deste centro, mas é preciso disseminar as técnicas e as tecnologias. E só é possível fazer isso interiorizando os centros de pesquisa. Os IEFs devem ser dotados de CVTs, de laboratórios para que nossos agricultores e produtores dominem a técnica e também tenham acesso à tecnologia adequada à convivência com esse fenômeno, que, como o senhor disse, é repetido e conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Falo da literatura do Nordeste. “Só deixo o meu Cariri no último pau de arara”, *A Triste Partida* e *O Quinze* são conhecidos por todos nós. Acho que essa literatura deve continuar na prateleira, mas deve se criar um novo comportamento daqui para frente.

Esse estágio foi atingido pelo litígio com a mudança do DNOCS, que há mil anos tem experiência no Nordeste com barragens, assentamentos, pesquisas sobre tilápias. Então, ele tem uma história acumulada. Qual é o problema? O orçamento sempre abaixo das suas necessidades. Qual é o problema? Falta de concurso para



contratação de pessoal, porque o próprio DNOCS já foi um grande centro de treinamento de engenheiros e agrônomos das universidades do Nordeste.

Agora, o que temos mais, além do DNOCS? A revitalização. Qual é o papel da SUDENE na seca do Nordeste? Qual é o papel do Banco do Nordeste na seca? Qual é o problema dessas autarquias no Nordeste? Quando se chega a uma situação dessas vamos para a CONAB, para isso, para aquilo.

Qual infraestrutura de milho, disso e daquilo outro tem que chegar ao Nordeste? Eu acho que esse levantamento... E eu quero aqui parabenizar o Presidente da Casa porque foi ele que chamou dois Ministros para sentar com essa primeira Comissão, que tomamos a iniciativa de criar, com Ariosto Holanda e com o próprio companheiro do PT lá do Ceará.

E isso está crescendo de uma maneira tal que estamos nesta Comissão, na direção de uma pessoa que conhece o Nordeste, que dirigiu politicamente algumas coisas do Nordeste, e nós não podemos pensar apenas que fulano recebeu o financiamento e que nós fomos deixados. Eu acho que tem que ser mais holística e muito mais ampla essa questão do Nordeste, porque todos nós concordamos que a seca faz parte da nossa cultura. É só olhar a música, é só olhar a literatura.

Houve avanço? Sim. Pelo menos na minha terra não apareceu um cabra de chapéu de palha e um saco nas costas pedindo esmolas ou invadindo isso ou aquilo. Por quê? Porque houve uma política de afirmação. Então, observamos que algumas coisas, quando são feitas para a prevenção, funcionam.

Agora, ficarmos perguntando se a CONAB pode ou não pode manter... Não dá para se fazer um Nordeste desse jeito. Temos que pensar nas tecnologias modernas. Quantas universidades e faculdades nós temos no Nordeste, no interior? E qual a ligação desses organismos com essas instituições que pensam, que produzem tecnologia? Qual é o nosso relacionamento com isso?

Se ele vai atender o sul ou o norte de Minas Gerais é perfeitamente aceitável. Se ele é um órgão criado para a seca — seca é a ausência de água —, onde ela estiver nós estaremos presentes. Agora, o foco maior tem que ser o Nordeste, porque lá é onde chove e a chuva vai embora rapidamente por causa da questão do solo.



Nós temos um mar d'água chamado Orós, nós temos um mar d'água chamado Castelão, e a vaca morre de sede logo em seguida porque não temos um sistema moderno de irrigação, etc. e tal.

Então, eu estou aqui para colaborar, e, mesmo se demorar 6 meses, 1 ano, gostaria que daqui a 2 anos nós não estivéssemos aqui de novo sentados, alguns tirando proveito dessa história.

Como é que o Banco do Nordeste, que tem anos de experiência, termina dominando o miserável que vai lá e pede 10 reais, 5 reais, e ainda toma as coisas dele? Isso não é banco de desenvolvimento. Isso é banco de crédito como qualquer outro. Então, ou nós mudamos o conceito do que queremos para o Nordeste ou nós vamos ficar eternamente nessa lenga-lenga, por sinal muito antipática.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alexandre Toledo.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Deputado Amauri pelo tema dessas execuções de pequenos proprietários, que está preocupando muitos. Eu acho que se não tivermos cuidado, Deputado Amauri, quando terminar essa seca nós teremos um grande latifúndio no Nordeste, que é o banco.

Participei de uma reunião na segunda-feira e vi proprietários de 10, 15 hectares chorando porque suas terras iriam a leilão. E isso, Presidente, eu acho que não pode nem ser uma coisa para o dia 8. Talvez tenha que haver uma medida urgente para suspender essas execuções, porque isso só tem trazido constrangimento até aos próprios bancos, que são obrigados a fazer porque a lei diz que eles têm que fazer. Mas isso não está resolvendo nem o problema do banco, nem o problema de ninguém, só está criando muito constrangimento.

Não sei de que forma, mas acho que precisaríamos agir rápido com isso para evitarmos que pessoas morram, talvez não de fome, por causa dos programas sociais, mas de vergonha e de tristeza. É isso que estamos vendo hoje no rosto dos nordestinos, no rosto de pequenos proprietários.

Quero dizer que a seca hoje não é só mais uma questão do Semiárido. A seca no Nordeste já vai do sertão ao litoral. Eu, na Comissão de Agricultura, entrei



até com um requerimento, Sr. Presidente. Não tinha nem tomado conhecimento ainda dessa reunião conjunta, mas acho que é muito importante que levemos pessoas do sul, pessoas que não vivem na região da seca para verem *in loco* o sofrimento da seca. Porque só sabe o que é a seca quem vai lá.

Em Pernambuco já se fala em 70% de extinção do rebanho. Em Alagoas, de onde eu sou, já se fala em 50%. A recuperação disso não vai ser fácil. Esse pós-seca tem que ser tratado com muita seriedade, porque, senão, daqui a pouco, a grande imprensa estará divulgando que choveu no Nordeste e que a seca acabou.

Essa seca não vai acabar com menos de 4 ou 5 anos, se houver medidas sérias de recuperação. Mas não são 5 anos sem chover. Se passarem 5 anos chovendo, ainda não vamos recuperar o estrago que ela fez. Cinco anos, no mínimo, se houver uma regularização de chuva.

Temos técnicos aqui, mas eu sou agrônomo, fui Secretário de Agricultura em meu Estado e fico preocupado quando vejo técnicas de solução mirabolantes para resolver o problema da seca.

Eu acho que temos que ser eficientes no feijão com arroz que fazemos lá. Nós temos a nossa palma, nós temos culturas rústicas com necessidade baixa de água para propor sistemas de recuperação dessa seca. É coisa simples. Talvez não seja o momento de um grande projeto de irrigação, mas de um grande projeto de “molhação”, porque se for dado um pouco de água, aquele cabra sobrevive.

Procuramos ter projetos de irrigação. Eu digo isso porque no meu setor, que é o setor açucareiro, nós estamos sobrevivendo não porque temos irrigação, mas porque nós temos a “molhação” de salvação.

E se formos partir logo para o total da irrigação plena, como é preciso, não vamos dispor de água para isso e vamos terminar contemplando pequenos lugares e penalizando o restante. É lógico que esse é um estudo mais técnico que precisa ser feito. Essa é só uma proposta.

Temos falado muito de pesquisa por onde passamos, o que tem uma importância muito grande. Agora, se a pesquisa não conseguir chegar ao produtor ela não adianta de nada.



Então, a assistência técnica, a extensão rural, as nossas ATERs têm que ter uma importância muito decisiva, muito forte nisso aí. O MDA tem que ser um parceiro muito grande, fortalecendo o nosso regime de assistência técnica.

E eu sempre sugiro que nós deveríamos ter o nosso SUS da assistência técnica. Não deveríamos viver de ajudas esporádicas, mas de uma assistência técnica continuada, com um programa de apoio às assistências técnicas, com a municipalização dessas assistências técnicas, porque é no Município que as coisas acontecem.

Seguramente, se vocês pegarem qualquer técnico de ATER, ele vai mostrar que o produtor que tem a assistência técnica multiplica pelo menos por três a sua renda. E grande parte dessas dívidas, grande parte dessas execuções ocorre porque os bancos deram o dinheiro para o produtor, mas não deram o apoio sobre como produzir, como comercializar.

Então, se não temos essa estrutura como um todo, fica difícil. Não sei se contribuí, mas estou disposto a participar e a ser membro desse processo de recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Felix Júnior. Em seguida, falará o Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu fico muito feliz ao ver esse centro de estudo tão prestigiado. Da Bahia, nós temos aqui o Deputado Amauri Teixeira, o nosso coordenador, Deputado Daniel Almeida, e eu.

Não adianta falar aqui sobre a seca, ou que na Bahia já perdemos 500 mil cabeças de gado, ou que os agricultores estão tirando a própria vida. Esta semana eu vi o depoimento de um que falava sobre a perda de todo o seu gado, e ele disse: “*Deus me deu, Deus me tirou. Louvado seja Deus*”.

Não temos mais a quem apelar. Então, observamos que a seca está largada ao seu próprio convívio. Eu quero sugerir aqui, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero pedir licença, porque está havendo votação nominal. Vai um grupo votar, e depois o outro vai.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Vai quem não é da Bahia, e depois vai a Bahia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Vamos até o plenário agora votar e depois voltaremos.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Recomeçando nossa reunião, tem a palavra novamente o ilustre Deputado Felix Mendonça Júnior, a quem peço desculpas pela interrupção.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, continuando, não adianta falar sobre os efeitos da seca, pois todos sabemos que é uma seca devastadora e está traumatizando o País. E vou fazer uma sugestão no Conselho, pois desde o último semestre do ano passado estamos elaborando um caderno de estudos sobre os múltiplos usos da água. E já temos diversos embasamentos para começarmos a desenvolver esse caderno. E quero fazer uma sugestão: que a gente transforme esse estudo do uso da água para que ofereçamos soluções para a convivência com a seca no Brasil.

Então, esse caderno, que já está em curso desde o segundo semestre do ano passado poderia ser transformado para um trabalho que ofereça soluções de convivência com a seca no Brasil.

Não sei se é boa, mas essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar a iniciativa desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Sim. Eu gostaria de dizer que o Deputado Paulo Rubem Santiago nos enviou um artigo de autoria de S.Exa. intitulado “Seca. A calamidade é outra”.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Trata-se de um trabalho publicado no dia 29 de outubro do ano passado e que traz o resultado de uma auditoria de execução de programas do Ministério da Integração. São programas que constam no exercício orçamentário de 2011, atualizados até o mês de julho de 2012.



A nossa avaliação, Presidente, é que a ocorrência de mais esta estiagem com a amplitude e a profundidade que ela se mostra reflete que o modelo da República Federativa do Brasil, para a convivência do Semiárido e de outras regiões que sofrem com a estiagem, está falido. Esse modelo está falido.

O *modus operandi* dos órgãos da República, dos Estados e dos Municípios de atuação também decretou falência com a ocorrência dessa seca, porque não há como justificar que um país que tem Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração, Ministério da Saúde, FUNASA, SUDENE, DNOCS, CODEVASF, EMBRAPA, Banco do Nordeste, CONAB, Banco do Brasil e o Instituto do Semiárido, que teve a ousadia de se chamar Instituto Celso Furtado, passe mais uma vez por uma estiagem com a profundidade que nós estamos passando.

Trata-se da decretação de falência do modelo republicano de promoção de políticas de convivência com o Semiárido; de previsão, de antecipação, de promoção de políticas de convivência com a seca. Nós não temos um sistema nacional no qual estejam conjugados órgãos da União, dos Estados e dos Municípios na área dos recursos hídricos, do manejo agrícola e pecuário, das políticas de financiamento e das políticas fundiárias.

Eu não quero aqui vender ilusões de que nós vamos sair daqui com uma série de proposições, porque eu tenho absoluta certeza de que esse modelo não nos ouvirá.

A melhor forma de nós contribuirmos para o enfrentamento da seca é denunciar e apontar soluções que precisam, primeiro, ser discutidas com a equipe econômica do Governo, porque quem praticou contingenciamento orçamentário sobre os recursos do Ministério da Integração foi a equipe econômica. Como é que o Congresso aprova, em 2010, um orçamento para o exercício de 2011 com esses programas, mas com tal contingenciamento? Como é que o Congresso aprova, em 2011, uma proposta orçamentária para o exercício de 2012, na qual se identificam referidos programas?

E cito aqui a integração das bacias hidrográficas, com aplicação de apenas 7,51% das dotações; a infraestrutura hídrica, 31,12%; o desenvolvimento



macrorregional sustentável, menos de 1%; o desenvolvimento da agricultura irrigada, só 2,20%; e o desenvolvimento integrado sustentável do Semiárido, 1,98%.

Sr. Presidente, se este fosse um país decente, todas as pessoas responsáveis por isso estavam no olho da rua. Ocorre que não acontece nada com o responsável pela promoção de políticas de convivência, enfrentamento e resolutividade frente à seca. Ressalte-se que, se essa seca atingisse os interesses da indústria automobilística de São Bernardo do Campo, o panorama seria outro; se atingisse os interesses da FEBRABAN, na Avenida Paulista, o panorama seria outro; se atingisse os grandes interesses do agronegócio da exportação, o panorama seria outro. Mas como ela está atingindo pequenos produtores, pequenas comunidades, a agricultura familiar, a pecuária familiar, a produção de alimentos no âmbito familiar, — e essas pessoas não têm força política, embora votem e elejam representantes para o Congresso — as consequências são outras.

Então, apesar de ter sido artesão durante muito tempo e vivendo na cidade dos mascates, que é o Recife, eu não tenho a pretensão de vender ilusão para ninguém.

Eu fui, na sexta-feira, a uma audiência pública em Itáiba, a 360 quilômetros de Recife, com representantes de vários órgãos de Governo, que contou com a participação de agricultores de vários Municípios daquela região; e é uma indecência o que nós estamos vivenciando em relação à seca. Não há como justificar essa situação, haja vista a existência de estudos, relatórios, dados de todos os Ministérios, toda a memória de estudos climatológicos, de estudos fundiários, financeiros, agrícolas. Não é pouca coisa. Só de 2003 para cá, Sr. Presidente, foram aprovadas — vou recuperar isso aqui — nove Leis de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal e a mesma quantidade de leis orçamentárias, além de três Planos Plurianuais, os PPAs. Todavia, nós estamos convivendo com a pior seca na história do Semiárido.

Então, ou nós temos a disposição — não quero aqui me sobrepor à opinião de ninguém — de dizer que o modelo falhou... E temos que dizer isso à Presidenta Dilma e ao Ministro da Fazenda, porque é o triunvirato: Fazenda, Planejamento e Banco Central que submetem os demais Ministérios à execução orçamentária. Nós aprovamos aqui, em 2 anos, a Lei das Diretrizes, que diz, no art. 2º, que “a



elaboração e execução do Orçamento atende, em primeiro plano, à meta do superávit primário”.

Então, está dito, não precisa dizer mais nada. Este País trabalha e paga imposto para remunerar quem vive da renda do papel do Tesouro Nacional. Então, a pecuária, a agricultura familiar, a integração de bacias, a irrigação, a sobrevivência do homem do Semiárido, da maior porção de semiárido do mundo e a que mais recebe água de todas as porções de semiárido do mundo, isso vai tudo para o brejo.

Então, não adianta fazer de conta que não sabemos quais são as coisas que acontecem.

Nós vamos aprovar aqui a LDO. Em setembro, nós vamos receber o Orçamento. Se ele for aprovado em 2013, nós vamos ter de novo o Orçamento a ser executado para o MDA, para o MAPA, para o Ministério da Integração, para a SUDENE, para a CODEVASF, para o DNOCS — e vai-se executar?

Sr. Presidente, eu proponho a V.Exa. que peça à assessoria técnica que traga para nós toda a execução orçamentária dos programas de todos esses órgãos. Isso aqui é o resultado concreto da omissão dos Poderes da República, da falta de integração de políticas, da falta de um sistema nacional que congregue recursos hídricos, manejo agrícola, pecuária, financiamento e política fundiária. Tapar o sol com a peneira? Ah, já estamos tapando. É carro-pipa para lá, é o Governo anunciando não sei quantos milhões para cavar poço, para fazer isso, para fazer aquilo, para recuperar barragem, açude ou máquinas. Já sabemos o que é isso.

O que nós podemos fazer, em minha opinião, como atitude é uma ruptura. Essa seca tem que servir de ruptura com esse modelo falido de administração precária, de contingenciamento orçamentário, de desrespeito à realidade da agricultura do Semiárido, da convivência familiar com o Semiárido. E no é por falta de estudos, de relatório, de dados de satélite; estão aí os dados do CPATSA e do Instituto do Semiárido. Por que não acontece? Porque não há vontade política. A vontade política é priorizar a comunidade financeira, o sistema financeiro e o mercado de capitais, que detêm 49% de financiamento e amortização do Tesouro Nacional.

Eu não estou aqui — desculpem-me os colegas que me conhecem há muito tempo — para “passar manteiga em venta de gato”. Essa seca não pode ser tratada



como foram todas as outras, com medidas emergenciais, depois estruturais, e ninguém cobra nada de ninguém. Se no outro dia perdessem o emprego o Ministro da Integração, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministro do Desenvolvimento Agrário; se toda a Diretoria da CODEVASF, da SUDENE e da EMBRAPA, enfim, se todo mundo que é responsável por programas e convênios fossem para o olho da rua, as pessoas pensariam diferente. Mas não vão, continuam com os empregos, porque tem Deputado que sustenta o emprego no Ministério, tem Deputado que sustenta o emprego no banco, tem Deputado que sustenta o emprego nas empresas. Não acontece nada. E o agricultor nordestino é que se lasque.

Então, a minha posição é muito clara — e posso ficar isolado —, mas é de ruptura. Que se faça uma denúncia nos orçamentos federais e nos orçamentos estaduais. Não importa qual é o Governo do Estado. O que não se pode aqui é fazer relação de compadrio com governante e lascar ainda mais o agricultor, afundar ainda mais o sertanejo, o homem do Semiárido que está sofrendo o que não deveria sofrer, porque tem receita, tem tecnologia, tem uma multidão de órgãos e empresas que não estão fazendo o que deveriam fazer, ou seja, o dever de casa.

Essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Dr. Paulo César.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Boa tarde a todos.

Srs. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, este debate, no dia 8 de maio, já me causava preocupação não pela magnitude do tema, mas pelas correntes políticas envolvidas. Recordo-me bem de que o Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, falava sobre um debate apartidário e que pudéssemos estar realmente pautando pela política de salvação do nordestino, que passa por um momento bastante difícil — refiro-me à seca no Nordeste.

Hoje ouvimos aqui alguns colegas. Saí para votar, conforme determinou o nosso Presidente, mas estou de volta. Noto que estamos aqui há 1 hora e 15 minutos. Perfeito, mas precisamos sair daqui com uma logística para o dia 8, uma logística de trabalho no plenário. Todos aqui têm conhecimento de causa. O Governo Federal sabe muito mais que nós todos juntos, até dez vezes mais. De tudo



o que nós falamos aqui, de tudo o que está acontecendo, o Governo Federal tem ciência e consciência. Agora, se não sairmos daqui com uma determinação, com uma logística de trabalho, a coisa vai ficar solta no plenário. E nós ficaremos 10 horas naquele plenário em debate e não chegaremos nem a uma posição de emergência e nem a uma posição de longo prazo para a questão da seca do Nordeste.

Então, acho que deveríamos sair daqui hoje com uma logística de como será o trabalho, de como os Ministérios serão representados, de quem usará a palavra, de quem estará falando sobre medidas superurgentes que podem ser adotadas, de representantes do Governo Federal, da Casa Civil, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, para que o trabalho tenha consequência e que a gente saia de lá com alguma coisa palpável.

Lá cada um vai dar a sua posição: a posição das soluções e a posição política.

O viés político não vai ser perdido, logicamente, num debate como este, o que é uma pena porque eu acho que o Congresso Nacional, o Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e o Presidente deste Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Inocêncio Oliveira, passaram a ideia de que pudéssemos fazer um debate, mas um debate do qual saíssemos com soluções.

Quais são as soluções emergenciais? É aumentar a merenda escolar? É mandar mais cesta básica? É aumentar o crédito ao pequeno produtor? Quais são as medidas superemergentes que a Presidenta Dilma deve tomar? Após esse debate, no dia 8, já sairíamos com uma posição sobre os nossos debates estratégicos, que continuarão traçando estratégias mais a longo prazo, senão vai vingar o que a opinião popular, a sociedade brasileira pensa de nós: “É muito blá-blá-blá e solução nenhuma”.

Então, nós vamos ficar dia 8, o dia inteiro, das 10 horas da manhã às 10 horas da noite, e o povo vai falar: “*Eu já sabia*”. Os nordestinos vão falar: “*Eles discutiram, discutiram, mas aqui não chegou nem um grão de feijão nem uma gota d’água. Eles ficaram lá de terno e gravata, com água gelada, cafezinho e ar condicionado, e não veio a mínima solução para o sofredor nordestino*”.



Então, eu peço que a gente possa estabelecer aqui como serão esses trabalhos no dia 8 para que não se crie uma grande confusão no plenário, e a gente saia sem solução alguma e todo mundo perca seu tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostei muito de quando o Deputado Dr. Paulo César falou da logística para o dia 8. Nós vamos dividir a reunião em duas partes. A primeira é para vencer essa dificuldade, englobada também com a recuperação que vai levar, no mínimo, 5 anos, com a qual também concorda o Deputado Alexandre Toledo.

Essa dispensa da dívida dos pequenos produtores do Banco do Nordeste é condição fundamental. Já se fala até em suprimento do rebanho para quem perdeu uma certa quantidade de gado, uma certa proporção, podendo ser 10%, 20%, 30%, para que o produtor possa recuperar parte das suas perdas.

Mas o importante deste debate são medidas concretas para não termos mais problemas com a seca, para que nós possamos estabelecer uma infraestrutura que possa fazer com que o homem conviva com a seca. Esse é o grande debate que nós vamos fazer nessa Comissão Geral. Nós esperamos que a logística seja bem estabelecida.

Eu conversei recentemente com um grande amigo meu, João Lyra, lá das Alagoas, meu grande amigo, grande produtor, um dos maiores empresários de todo o Nordeste, um homem sério, um homem correto, um homem que tem uma visão muito grande dos problemas do Nordeste; mas ele veio me dizer que não sabe mais o que fazer com o gado, pois é criador e não sabe mais o que fazer.

E o Deputado Amauri disse uma coisa muito certa: os rebanhos estão tão enfraquecidos que ninguém quer mais comprá-los. Em Pernambuco, nas feiras de animais, estão jogando gado no meio das pistas para quem quiser pegá-los. Um grande produtor foi para uma feira, levou 50 reses, vendeu 10 e deixou 40 para quem quisesse pegar porque ele não tinha mais condições de criá-las. Vendeu dez reses a preços aviltantes! Ele tinha comprado 50 reses, 50 vacas da melhor qualidade, que davam acima de 50 litros; comprou a 5 mil reais, vendeu 10 delas por mil reais, e o resto mandou soltar para quem quisesse pegar porque não tinha mais condições de criar.



Vamos continuar o debate. Ouviremos agora a ilustre Deputada Margarida Salomão e, na sequência, os Deputados Fernando Ferro, Daniel Almeida e João Lyra.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. que, com tanta qualidade e experiência, preside esta reunião sobre tema obviamente relevante que traz a tantos que se manifestaram aqui uma óbvia angústia, uma óbvia aflição.

Àqueles que representam essas regiões que estão sendo diretamente atingidas e com tanta crueldade por fenômeno meteorológico, que têm, entretanto, também uma contrapartida social e institucional, é de ressaltar que mais de um orador, por muito aflijo que esteja, reconheça que, neste momento, o atendimento social tenha tornado menos duro o sofrimento nessa quadra, a ponto de não termos vivido os incidentes que caracterizaram secas anteriores.

Mas, com a minha solidariedade e preocupação, como Deputada Federal, o que eu penso também — e aí ecoando no que disse um Deputado que imediatamente me precedeu antes de V.Exa. — é que o fundamental aqui é nós definirmos o método. Esta reunião, como está caracterizada, ela é uma preliminar ao debate que vai acontecer no dia 8 de maio, mas este é um debate de câmera, não é sinfônico.

Na verdade, aqui nós estamos falando para uma audiência muito seleta, muito qualificada, mas também muito restrita. Então, se dia 8 de maio é o dia em que se vai promover, em caráter nacional, este debate, eu penso que é fundamental definir o método pelo qual ele acontecerá, de tal modo que ele seja maximamente produtivo.

É apenas essa a minha consideração. É disso que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Muito obrigado.

Eu gostaria de dizer que na próxima quarta-feira já vamos ter uma reunião com a Diretora-Geral do DNOCS, também órgão envolvido, e com a EMBRAPA de Petrolina, que prepara plantas para resistir ao fenômeno da seca.

Então, nós vamos começar este debate e, na outra quarta-feira, vamos nos reunir para tratar da logística, de como vamos fazer essa reunião para dar os frutos que nós esperamos.



Concedo a palavra ao ilustre Deputado...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Gostaria de dar uma sugestão para a próxima reunião. Eu sugeri que fossem convocados os chefes de carteira do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica para a Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Boa ideia! Boa ideia!

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Na outra quarta-feira, que chamemos para discutir aqui, na Câmara, os chefes de carteira de crédito do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Gostei muito, Deputado Amauri. Fica aceita essa ideia para que convidemos, na próxima quarta-feira, o Chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil e o Chefe da Carteira Agrícola do Banco do Nordeste. A Caixa Econômica não financia esse problema da seca.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE TOLEDO - Sr. Presidente, eu acho que o MDA deveria estar presente. O MDA é quem cuida da estrutura de assistência técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - O.k., o Ministério do Desenvolvimento Agrário também será convidado. Muito obrigado.

O Deputado Fernando Ferro tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Prezado Deputado Inocêncio, que conduz este espaço de debate, evidentemente esta é uma Casa para pensar, buscar e dar respostas a essa situação, principalmente nós que somos Deputados do Nordeste. O nosso amigo é de Minas, mas é um Estado que também tem um pedaço no seminário.

Eu quero dizer que isso aqui não pode virar também um muro de lamentações. Nossa papel aqui é fazer um diagnóstico, uma reflexão sobre isso que está acontecendo, para poder propiciar algumas respostas. Acho que há duas coisas que nós temos que tratar.

Primeiro, devemos tratar das políticas e das ações emergenciais e assistenciais para quem está passando fome ou quem está com problema com o rebanho, em razão da sede que está chegando, que é uma parte que compete ao Governo Federal, que já tem, inclusive, respondido. Mas acho que aqui é mais o



espaço de fazer uma discussão por que é que não se mudam as políticas de Estado para o seminário. Essa é uma coisa que me persegue sempre: a quantidade de instituições que trabalham desarticuladas no Semiárido é impressionante. Você tem a CODEVASF, a EMBRAPA, o DNOCS, a SUDENE, a CHESF, as universidades, os institutos de pesquisa dos Estados, companhias como o CPRM e a PETROBRAS, que têm a ver com a região, mas cada uma trabalha fazendo seus objetivos e, no geral, perde-se uma visão de Estado para essa questão.

Portanto, eu acho que um espaço como este deve ser um ambiente para propor um debate sobre mudanças de política de Estado para o Semiárido. E isso requer o quê? Primeiro, requer mais que a danada da vontade política, ou seja, precisamos juntar a inteligência que trata desse tema para dar respostas para o ambiente agrário e urbano do Semiárido.

Nós estamos tendo — e todos nós sabemos — no Nordeste ilhas de sucesso. Basta verificarmos os trabalhos da EMBRAPA que veremos que, em alguns locais, ela consegue dar respostas excelentes, com muita eficiência, com políticas de irrigação. Ali perto, à beira do São Francisco, em vários locais você tem grandes ilhas de excelência tecnológica, de produção agrícola e de produtividade. Mas, quando se vai para o sequeiro, muda-se a característica.

Então, nós temos que chamar a EMPRAPA e o INPE, que é um instituto que tem a ver com isso, para discutir quais são as políticas, como aqui foi citado, para conviver com o Semiárido.

O Semiárido não é um espaço de miséria e insuficiência, não. Tem um grande potencial energético, por exemplo.

Por que a gente não propõe, a partir disso aqui, a criação de um centro de estudos de energia para o Semiárido? Nós temos possibilidade de energia eólica e solar. É uma região com imenso potencial de energia solar, a que não é dada a devida importância de investigação tecnológica e de inovação.

A Espanha tem um centro de energia renovável em uma região parecida com a nossa, a região de Castela, que é um Semiárido talvez ainda mais duro do que esse daqui. Eles desenvolveram um amplo parque de pesquisa tecnológica sobre energia solar e como conviver sem a água. Você tem as experiências de Israel para conviver com regiões muito mais áridas que a nossa, com situações de segurança



hídrica muito mais complicadas, mas há tecnologias que se desenvolveram para isso.

Acho que este espaço de debate é para isso. Eu acho que a gente aqui, neste ambiente, deve sugerir políticas nessa direção. Não adianta a gente tentar fazer uma reforma ministerial aqui, porque entra outro Ministro, mas se não houver uma política de Estado para isso, não adianta trocar as pessoas.

Acho que temos que pensar em uma política. Esta Casa deve pensar uma política que chame o Governo à responsabilidade.

De fato, como observou o Deputado Paulo Rubem, há uma desconsideração para com a região. Há falta de preocupação política. Também acho que a gente nunca consegue articular uma reação política para mudar esse sentimento, essa impressão de abandono ou desconsideração para uma realidade dramática como essa.

Eu acho que temos como promover isso. Primeiro, nós temos que chamar a inteligência, pois temos a inteligência da região, com pesquisadores, com cientistas políticos, com técnicos.

Outro dia eu estava conversando com um técnico e ele disse: “*Não existe floresta energética melhor do que a Caatinga. A Caatinga se recompõe com 7 anos. Não existe nenhuma árvore que se recompõe com essa capacidade. Se você tiver capacidade de gerar energia com a Caatinga a partir de um processo de manejo da chamada floresta energética...*” Há gente que tem estudo sobre isso. A gente não investiga, e essas pessoas não são ouvidas. Então, acho que era importante chamar essas pessoas aqui para esse espaço e fazer um debate sobre isso.

Outra questão temos que responder de imediato. Não acho que um debate sobre isso seja apenas um espaço de fazermos o nosso papel de estar reclamando aqui, neste espaço de ar condicionado, falando sobre esse assunto. É importante que se faça aqui essa discussão. Agora, eu acho que, para o processo do debate, nós deveríamos propor, Deputado Inocêncio, que viesse de cada Estado o Presidente da Associação dos Municípios, o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais e dos Produtores, para falar sobre essa ação aqui.

Eu estive falando sobre esse assunto com o Ministro Fernando Bezerra e ele disse que a ordem dada ao BNB é para não acionar ninguém, para não entrar nisso.



Pode ser que tenha um burocrata do banco que está cumprindo o papel dele de acionar as pessoas, mas a ordem é para não fazer isso com a população que está atingida nesse momento. O que está acontecendo? Então, tem que chamar essas pessoas para chamar à responsabilidade. O que estamos dizendo é: “*Se aparecer alguém do banco, mande-o voltar; diga que não tem como executar, que não vai poder executar. — Não? Mas, e legalmente? — Mas não vai poder executar; é uma questão de decisão já tomada para não fazer isso.*” É claro que há situações em que o banco cobra dívida de um tempo atrás que foi incorporada ao Tesouro Nacional, e esse aí parece que ele não tem como impedir, porque fez parte do Tesouro e o Governo é que pode fazer uma medida provisória para cobrir essa dívida ou arranjar esse dinheiro, porque foram dívidas convertidas e passadas ao Tesouro Nacional e, aí, o banco não tem a capacidade de impedir a sua execução. Mas no demais, a orientação dada é para que o banco não faça isso.

Eu gostaria de encerrar, Presidente, fazendo esse convite para ouvirmos aqui as autoridades federais, evidentemente as mais diretamente ligadas ao Ministério de Integração Nacional, ao MDA, e chamarmos um representante da Associação de Municípios, dos trabalhadores rurais, dos produtores rurais da região, e não sei se também Governadores ou alguém do Governo do Estado, para que possa falar, porque há políticas que são de responsabilidade dos Estados; há recurso federal indo para os Estados desde o ano passado, em alguns casos não repassados para os Municípios corretamente, por algum motivo burocrático, mas seria importante também impedir isso, porque essa ação para responder não pode deixar de ser considerada como uma ação de partilha, de parceria para enfrentar essa situação.

Concluo dizendo que estranho, pois as pessoas no Rio Grande do Norte sabem que a PETROBRAS tem perfurado mais de 300 poços de grande capacidade e que estão tamponados, porque ela queria petróleo e só achou água — e isso não é usado! Como pode um negócio como esse? Dou um exemplo da Serra do Araripe. A CPRM, o serviço geológico brasileiro, perfurou um poço de 500 metros de profundidade com vazão de 60 mil litros/hora e foi fechado porque ele estava procurando ouro no Araripe. Por acaso eu estava na hora, fiz uma intervenção e ele disse: “*Aqui, para esta região, água é ouro*”. Então, feito isso, existem outros locais, e a gente não tem essa desarticulação em que a PETROBRAS perfura para achar



petróleo, mas acha água. Não é o papel dela, mas ela poderia fazer parte de uma articulação desse tipo para fazer parte da segurança da região.

Termino com esses exemplos que eu presenciei.

(Não identificado) - Ela transfere para a Prefeitura esses poços.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Em alguns casos, mas outros estão tamponados. Uma boa parte também está tamponada, e não está sendo utilizada. Ultimamente foram reativadas, mas acho que isso tinha que ser feito como uma política de Estado.

(Não identificado) - Essa audiência vai ter que ser feita no Mané Garrincha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Deputado Fernando Ferro, gostei muito de saber sobre o centro de energia eólica no Nordeste, sobretudo porque esse centro deve ficar no centro do Nordeste, e não nas capitais. Por exemplo, Pernambuco agora já tem toda a cadeia de produção de energia eólica, os aerocondutores, as pás, tudo pronto para fazer isso.

A CHESF, em reunião com um grupo de Pernambuco, chamado Brennand, vai perfurar, vai fazer lá, na Bahia, em Santa Sé, um grande parque de energia eólica.

(Não identificado) - Já foi inaugurado. Só falta a CHESF fazer a rede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Já se verificou que lá no sertão de Pernambuco tem também uma quantidade enorme de energia eólica.

Essa energia eólica pode dar, no total, 40 gigas de energia, o que não é mega, não — estou dizendo 40 gigas de energia alternativa não poluente, gerando renda e emprego para toda a região. Eu acho que esse centro de energia eólica lá, no Nordeste, é também fundamental para que a gente possa incluir nesse projeto.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Nobre Presidente desta nossa reunião, quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa e a todos.

Eu acho que algumas abordagens que eu gostaria de fazer já foram feitas aqui, especialmente nessa última que o Ferro levantou.

Eu penso, nobre Deputado Inocêncio, que essencialmente é político... Nós temos que ver como nos encontrarmos e nos unifcarmos politicamente em torno de determinados temas, de determinadas ações, para abordar essa questão do



Nordeste. Olhe que nós somos 151 Parlamentares e, somados Minas e Espírito Santo, que estão no Semiárido, vão além disso. Então, nós temos que tomar decisão política e nos unificar em torno de determinados objetivos.

As pessoas dizem: “*Olha, as políticas sociais têm amenizado a situação da seca*”. É verdade; elas são muito importantes. O Nordeste está crescendo mais do que o resto do Brasil. Então, estamos caminhando na direção de políticas regionais. Tudo isso é verdade, mas a seca nos diz que estamos absolutamente incompetentes para enxergar a dimensão que esse problema tem. Nós não temos, efetivamente, uma política regional que inclua um território como o Semiárido. Não temos uma política nacional de desenvolvimento regional. Não pode ser uma política do Nordeste; tem que ser uma política do Brasil, que leve em conta o Nordeste, que insira o Nordeste nessa política.

Eu acho que este momento propicia, desperta em todos nós a necessidade de fazer a abordagem sobre esses elementos, porque o Nordeste não precisa de favor de ninguém. Ele quer ser visto como ele é, com o potencial que tem, com as possibilidades, com vantagens que ele tem para contribuir no desenvolvimento do Brasil.

Aqui, eu acho que o Deputado Ferro levantou alguns elementos fundamentais. Haverá essa Comissão Geral. Estamos focando a seca neste momento. Isso facilita, inclusive, para a compreensão e a mobilização, para fazer uma abordagem mais ampla, mas pegar elementos específicos, para fazer uma caminhada que tenha objetividade na sua condução, para não ficar algo meio abstrato. Esse discurso mais geral, a gente já viu em outro momento, mas como nós vamos dar passo efetivamente na circunstância de hoje? Esse é um elemento importante para nós percebemos.

A Bahia, não é preciso dizer, tem o maior território, tem a maior população. Até Salvador está racionando água. Não é mais um problema só do Semiárido; até de Salvador. Já chegou à região metropolitana. E 82% da população da Bahia mora no interior, a maioria é no Semiárido. E é uma vantagem para nós que a maior população more no interior; em Salvador são 18%. Isso é uma coisa positiva.

(Não identificado) - Deputado, na Bahia, já estão quebrando adutora.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - É.



Bom, aqui há um elemento sobre o qual nós precisávamos nos debruçar: é a infraestrutura hídrica. Toda essa movimentação que nos une aqui é o problema da seca, ou seja, de como tratar a questão hídrica. E chove o suficiente; nós temos índices pluviométricos no Nordeste; nós temos água no subsolo do Nordeste, temos domínios de várias tecnologias — eu acho que esse é um elemento —, de perenizar rios, de fazer barragens, de tirar poços. Há 1 milhão de cisternas. Tudo bem! São muito importantes. Mas se não há água; se não tem chuva; para que cisterna? Não resolve coisa alguma. Então tem que haver uma abordagem sobre infraestrutura hídrica. Ao lado de todas as ações emergenciais, acho que esse é um elemento.

Outro elemento que eu acho fundamental é tratarmos objetivamente e darmos passos é esse problema que envolve a estrutura de financiamento. O nordestino pequeno não vai pagar. Não vai pagar porque não pode pagar. Tem que haver o perdão dessa dívida e entrar dinheiro novo. Ou entra dinheiro novo, articulado com projetos novos, com iniciativas novas, ou a gente não vai sair do lugar. E, como foi dito aqui, não será no ano seguinte; não será daqui a 1 ano. É preparar agora para os próximos 5 a 10 anos.

Então, na minha opinião, para trazer uma contribuição, são dois elementos que me parecem centrais, ao lado do planejamento abrangente que nós possamos contribuir nesse processo, energia eólica e todos esses outros elementos que foram levantados aqui de potencial que o Nordeste tem para se desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado João Lyra.

O SR. DEPUTADO JOÃO LYRA - Sr. Presidente, nós estamos aqui diante desse fato da seca, fato que vem chamando a atenção de todos nós, nordestinos. No entanto, nós precisávamos nos aprofundar mais nas necessidades do Nordeste. Nós não podemos ficar pautados só em resolver um problema porque tivemos uma seca. Isso não cabe, Presidente. Nós temos de resolver os problemas definitivamente, e resolvê-los com toda frieza. Você tem de chegar e dizer: “*Essa é uma região boa, mas não serve para isso*”. Tem de ter a coragem de dizer que não serve para aquilo. Eu vejo, por exemplo, em determinados casos, regiões que não dão para a cana-de-açúcar, e falta coragem. Por quê? Porque a cana-de-açúcar ainda vai buscar não sei quantos milhões no Banco do Brasil, vai buscar dinheiro.



Então, Presidente, você tem de ter a coragem de dividir o Nordeste. O que o Nordeste daria? Como daria, de forma eficiente? Hoje, nós estamos com seca; amanhã, estamos com chuva, com isso, com aquilo. O Nordeste não pode viver disso. Se o Nordeste quer ter a consciência de sobreviver, ele tem de se enquadrar num diapasão que nós possamos ter sempre um fato em que a mudança de comportamento seja pequena. Eu, desde pequeno, o que ouço? A seca do Nordeste vai acabar com tudo, isso e aquilo. Eu proibi, no meu grupo, de eles falarem esse nome: seca. Proibi. Lá, ninguém fala mais em seca, nas dificuldades disso ou daquilo. Tudo bem! Mas tem de acabar com essa mania de querer jogar numa outra coisa as dificuldades que eles mesmos não conseguem corrigir. Os nordestinos precisam corrigi-las. Quais são as dificuldades? Como podem viver? De que maneira podem viver? Podem viver com 10, 20, 30 ou 5? Como eles vão viver? E não sistematicamente dizer: “*Nós não podemos viver por causa da seca, por causa dessa dificuldade ou porque o Governo não nos manda dinheiro*”. Eu não admito mais ouvir: “*Porque o Governo não dá*”. Não existe isso. Não dá porque nós não sabemos ir lá e dizer o que queremos. Essa é grande verdade, Presidente. Muitas vezes o Governo não sabe nem o que nós queremos, que programa, que estrutura. Então, nós ficamos sempre na periferia, arranjando um pedacinho desse papel para cá, daquele para lá. Não podemos mais viver assim.

Eu sou daqueles que combatem violentamente esse tipo de estrutura com que ainda querem viver, jogando tudo para cima do Governo. Não podemos jogar para cima do Governo. No fundo, ele tem os problemas dele. O Governo poderá ser um colaborador muito maior se nós lhe levarmos alguma coisa positiva. Hoje, se alguém quiser pedir alguma coisa para o Governo, o que vai escrever? “*Sra. Presidente, estamos morrendo com a seca; ela está matando muita gente. Já matou tantos bois e não sei mais o quê*”. É isso que ele vai dizer, porque são as circunstâncias, as condições que nos levam sempre a voltar para o Governo. Mas nós temos de levar uma estrutura limpa para o Governo, Presidente. V.Exa. sabe o que é uma estrutura limpa. Ninguém melhor do que V.Exa. conhece uma estrutura limpa, correta. Nós precisamos modificar isso.

Realmente a seca é um problema, como temos muitos outros. Nós temos falta de crédito, doenças. A seca é um deles. Agora, não podemos tratá-la como um



elemento sobrenatural, que passa como um meteórico, destrói tudo e joga pedaços por ali. Não é isso! Nós temos de tratar a seca como ela merece ser tratada. A seca realmente existe no Nordeste. O Nordeste do Brasil sempre foi apto.

V.Exa., Presidente, conhece-o desde pequeno, como eu também —, a seca do Nordeste, que sempre foi falada. Eu ouvia meus pais, meus avós falarem da seca, da seca, da seca, mas nunca querendo jogar exclusivamente sobre ela tudo o que acontece no Nordeste. É um erro, Presidente, querer jogar tudo na seca. Não é só a seca.

O que nós precisamos é ter intelectualmente mais condições para analisar melhor as coisas e saber o que fazer para melhorar o Nordeste do Brasil — as praias, o turismo. Há muitas coisas que nós poderíamos puxar, levar para o Nordeste, mas ninguém faz isso.

Ficam esperando que o setor sucroalcooleiro vá render, mas ele já entrou na marcha a ré. Os senhores sabem que a lavoura de cana é a primeira a sentir qualquer dificuldade quanto à energia de água. Nós já entramos numa marcha a ré de concepção, de trabalho. O setor sucroalcooleiro era quem sustentava, em grande parte, a estrutura do Nordeste, mas nós temos de excluir isso. Nós temos de escrever a estrutura do Nordeste: “*Ela será sustentada por isso, por isso e por isso*”.

Presidente, V.Exa. conhece o Nordeste mais do que qualquer um, mais do que eu, mais do que a maioria que está aqui. V.Exa., nordestino de natureza, sempre o admirei muito pela sua maneira de agir, pela sua sinceridade. Sempre costumo dizer, e você sabe que não é a primeira vez: eu faço força para que V.Exa. venha assumir a Comissão e a Mesa, porque eu tenho, no fundo, uma confiança no seu estilo, na sua maneira, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LYRA - V.Exa. é daqueles nordestinos que partiu do zero, do interior, e conhece o interior do Nordeste. É de Pernambuco, como eu também o sou. Ninguém pense que eu sou alagoano, não. Sou pernambucano. Vivo em Alagoas, gosto de Alagoas, mas sou pernambucano. Você sabe que eu sou pernambucano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Sei.



O SR. DEPUTADO JOÃO LYRA - Então, nós vivemos numa luta incansável. Acho, Presidente, que nós não podemos gerar coisas que venham trazer apenas aquela impressão de que estamos nos aproveitando de uma seca. Eu quero tirar isso da cabeça. Nós não estamos nos aproveitando de uma seca. Nós precisamos fazer isso para que o Governo, a própria Presidente, com quem eu tenho certa intimidade e converso, não venha dizer amanhã: “*João Lyra, aproveitaram-se muito da seca, para ver isso e aquilo*”.

(Não identificado) - Como muita gente também no passado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LYRA - É verdade. Para se aproveitar. Nós temos que ter lisura. Nós não queremos nos aproveitar de nada. Nós queremos apenas que o Nordeste passe a ter intelectualmente mais condições de ver suas coisas e de fazer algumas realizações que estabilizem essa Região. O Nordeste não pode andar assim, não, feito uma máquina pra baixo e para cima. Tem que se estabilizar, e nós podemos estabilizá-lo.

Dentro das minhas pequenas coisas, no meu Estado de Alagoas, eu consegui estabilizar muita coisa, fazer e realizar muita coisa. É coisa pequena, pessoal. Mas, como um todo, Presidente, V.Exa. que é nordestino, pernambucano, sabe e conhece, acho que tem todas as condições de dizer: “*Vamos modificar, vamos fazer isso e aquilo*.” Porque, no fundo, o que a Presidente da República está esperando é que nós cheguemos, não com um pedido de que a seca está matando todo o mundo. Não adianta.

Ela disse a mim: “*João Lyra, não traga para mim que a seca está matando todo o mundo. Você tem que trazer é o Nordeste brasileiro, é assim e assim. Periodicamente temos algumas dificuldades, e nós temos que consertar dessa e daquela forma*”.

Era isso que tinha a dizer. Quero parabenizar o nosso Presidente, que já conheço há anos-luz. É uma criatura formidável, respeitado, querido no nosso Estado de Pernambuco. Eu mesmo achei que foi muito bom ter deixado um pouco esse redemoinho de Mesa, dessa coisa toda, mas fiquei contra a vontade. Fiquei para lá e para cá. Em Alagoas me disseram: “*Você é idiota*”. Deixei. Deixe-me conversar ainda com o Deputado Inocêncio. Mas é essa a realidade. V.Exa. é um Presidente que eu admiro. Acho que tem condições demais de conduzir isso tudo.



E aqui, eu tenho um companheiro de Alagoas que está pronto para responder também pelos fatos do Estado. É o nosso Toledo, companheiro nosso de Alagoas. Nós geralmente vivemos aqui sob a maioria da Bahia. Acho que tem mais baiano aqui do que qualquer coisa. Mas pode ser baiano, pernambucano, alagoano; todos nós somos nordestinos de coração.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer ao meu grande amigo João Lyra os elogios proferidos à minha pessoa, mas sobretudo dizer que eu concordo em grau, gênero e número. Nós não podemos continuar falando apenas no flagelo da seca, e todo ano irmos à Presidência com os mesmos problemas.

Por isso, essa Comissão Geral, no dia 8 de maio, propõe-se a medidas concretas de convivência do homem com a seca, para que, neste momento, não tenhamos que apelar novamente, pedir esmola, pedir dispensa de medidas dos bancos oficiais aos pequenos produtores, pedir salvamento de rebanhos, pedir compensação de rebanho, pedir isso e aquilo. Nós precisamos ter órgãos e estrutura para que o homem viva no Nordeste sem ter necessidade de buscar essas emergências nos momentos mais difíceis.

Já estamos em período de votação. Agora quero convidá-los a todos e incumbir a Conselheira Roseli Senna Ganem, os Conselheiros Maurício Boratto, Paulo Bandeira e Gustavo, para que pudessem formular essa logística para a Comissão Geral do dia 8 de maio, com medidas concretas, coisas efetivas para a convivência do homem com a seca, para que não precisemos todos os anos repetir as mesmas coisas.

Ouvi algo do Deputado Fernando Ferro: “A Caatinga é uma floresta energética”. Acho que poderíamos estudar isso. É muito importante. Também está na minha cabeça esse centro de energia eólica no interior.

Na próxima quarta-feira, haverá reunião com o chefe da carteira agrícola do Banco do Nordeste e o chefe da carteira agrícola do Banco do Brasil. (*Palmas.*)